

**No. 28446**

---

**BRAZIL  
and  
ARGENTINA**

**Exchange of notes constituting an agreement on the integrated control of border traffic. Brasília, 20 August 1991**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.*

*Registered by Brazil on 29 October 1991.*

---

**BRÉSIL  
et  
ARGENTINE**

**Échange de notes constituant un accord relatif au contrôle intégré de la circulation à la frontière. Brasília, 20 août 1991**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.*

*Enregistré par le Brésil le 29 octobre 1991.*

EXCHANGE OF NOTES CONSTITUTING AN AGREEMENT<sup>1</sup> BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ARGENTINA ON THE INTEGRATED CONTROL OF BORDER TRAFFIC

ÉCHANGE DE NOTES CONSTITUANT UN ACCORD<sup>1</sup> ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE RELATIF AU CONTRÔLE INTÉGRÉ DE LA CIRCULATION À LA FRONTIÈRE

I

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 20 de agosto de 1991

DECLA/DAI/DAM-I/DCN/DTC/CJ/89/PFRO L00 E02

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a propósito das conversações mantidas pelos representantes de nossos dois Governos no âmbito das decisões adotadas pelo Grupo Mercado Comum Brasil-Argentina, em particular as resultantes da III Reunião do Subgrupo 2 (Assuntos Aduaneiros) e da IV Reunião do Subgrupo 5 (Transportes Terrestres), realizadas na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 8 e 9 de janeiro de 1991.

2. Naquela oportunidade, chegou-se a um consenso quanto ao estabelecimento de enclaves e exclaves aduaneiros para instrumentar um Sistema de Controle Integrado Fronteiriço entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Nas referidas reuniões, decidiu-se também estabelecer, experimentalmente, um Sistema de Controle Integrado na Ponte Tancredo Neves, entre as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazu (Argentina). Nessas condições, proponho a Vossa Excelência que aquele Sistema de Controle Integrado Fronteiriço seja regulado pelas seguintes disposições:

<sup>1</sup> Came into force on 20 August 1991, in accordance with the provisions of the said notes.

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 20 août 1991, conformément aux dispositions desdites notes.

1. As Partes se comprometem a estabelecer exclaves em seus territórios em troca de um enclave correspondente no território da outra Parte, de forma a possibilitar o controle integrado pelos órgãos intervenientes no fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, pela fronteira comum.
  - 1.1. As áreas em que se deverão estabelecer os enclaves e exclaves aduaneiros serão definidas conjuntamente pelos Comitês Técnicos Binacionais, cuja criação está prevista no parágrafo 8.
2. A forma de controle em fronteira a ser adotada pelas Partes poderá ser única, justaposta ou integrada, a depender da situação geográfica e da infra-estrutura existente no momento da implementação desse mecanismo de controle.
3. O controle de fronteira deverá incluir todos os órgãos intervenientes no controle de pessoas, mercadorias, bagagens, bens e veículos provenientes de ou destinados ao país limítrofe.
4. O país sede se obriga a cooperar para o pleno exercício de todas as atividades relativas aos serviços alfandegários, migratórios, sanitários e de transporte do país limítrofe, quando se efetuarem num exclave aduaneiro.
5. As Partes se comprometem a promover a adoção de normas do direito interno de cada uma delas, que se façam necessárias à execução do presente Acordo.
6. O país sede terá a seu cargo os gastos relativos à construção e à manutenção dos edifícios, assim como os relativos ao mobiliário necessário ao desempenho das atividades administrativas de controle e ao exercício das funções específicas dos agentes designados.
  - 6.1. O país limítrofe terá a seu cargo a instalação de equipamentos de comunicação e processamento de dados, assim como do mobiliário necessário.

- 6.2. A entrada ou a saída de móveis, equipamentos e materiais necessários ao desempenho das atividades dos funcionários intervenientes no enclave ou exclave aduaneiro não sofrerá restrições tributárias ou de qualquer outra natureza no país sede.
7. As Partes adotarão as medidas necessárias para assegurar a cobertura médico-hospitalar de seus funcionários no exercício de suas funções no exclave aduaneiro, em caso de acidente ou enfermidade.
- 7.1. Sem prejuízo dessas providências, o país sede se compromete a prover, em caso de urgência, a assistência médico-hospitalar que se fizer necessária.
8. As Partes constituirão um Comitê Técnico Binacional, com a participação dos órgãos que intervenham no controle de pessoas, mercadorias, bagagens, bens e veículos provenientes de ou destinados a qualquer das Partes, com o objetivo de:
- a) definir áreas para a instalação de enclaves ou exclaves aduaneiros;
  - b) decidir sobre a forma de integração dos controles;
  - c) tomar as medidas necessárias à instrumentação do controle de fronteira;
  - d) estabelecer os procedimentos comuns provisórios de rotina, para sua instrumentação;
  - e) acompanhar seu funcionamento e, a partir da experiência adquirida, propor normas a serem adotadas pelas autoridades de ambos os países.
9. Os órgãos intervenientes poderão acordar entre si normas operacionais relativas à organização e ao funcionamento dos controles, assim como à construção, à manutenção e ao aproveitamento das instalações, mediante entendimento com os órgãos administrativos competentes.

10. As Partes adotarão as medidas necessárias para a mais rápida adaptação de sua infra-estrutura, com vistas à aplicação das disposições do presente Acordo.
11. Para permitir o controle integrado das mercadorias até que a adaptação da infra-estrutura esteja concluída, o Comitê Técnico Binacional a que se refere o parágrafo 8 poderá autorizar os órgãos intervenientes a atuar no país limítrofe.
12. Numa primeira etapa, e de forma experimental, as Partes acordam implementar, a partir de 20 de agosto de 1991, um sistema de controle integrado nas alfândegas de Foz de Iguazu e Puerto Iguazu, com as seguintes características:
- a) Lado brasileiro:
- controle de fluxo turístico de pessoas, veículos e bens, pelas alfândegas brasileira e argentina;
  - controle migratório pelos serviços migratórios brasileiro e argentino;
  - controle do fluxo de cargas e seus veículos, pela alfândega brasileira e controle sanitário por funcionários argentinos;
- b) Lado argentino:
- controle do fluxo de cargas e seus veículos, pela alfândega argentina;
  - controle sanitário por funcionários brasileiros.

Caso o Governo da República Argentina concorde com o acima exposto, proponho que esta Nota e a Nota de Vossa Excelência, de idêntico teor e da mesma data, constituam Acordo entre nossos Governos sobre o presente tema, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.

[Signed — Signé]<sup>1</sup>

A Sua Excelência o Senhor  
Guido Di Tella  
Ministro das Relações Exteriores  
da República Argentina

[TRANSLATION]

20 August 1991

DECLA/DAI/DAM-I/DCN/DTC/CJ/89/PFRO L00 E02  
Sir,

I have the honour to write to you with regard to the conversations held by the representatives of our two Governments concerning the decisions taken by the Brazilian-Argentine Common Market Group, in particular those taken as a result of the third meeting of subgroup 2 (customs issues) and the fourth meeting of subgroup 5 (surface transport), held in the city of Foz do Iguaçu on 8 and 9 January 1991.

2. On that occasion, a consensus was reached on the establishment of customs areas administered by one of the parties in its own territory or in the territory of the other party in order to implement an integrated border control system between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic. At those meetings, a decision was also taken to establish an integrated control system, on an experimental basis, at the Tancredo Neves bridge between the cities of

[TRADUCTION]

Le 20 août 1991

DECLA/DAI/DAM-I/DCN/DTC/CJ/89/PFRO L00 E02  
Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de me référer aux entretiens survenus entre les représentants de nos deux Gouvernements dans le cadre des décisions adoptées par le Groupe du Marché commun Brésil-Argentine, en particulier aux résultats de la III<sup>e</sup> Réunion du Sous-Groupe 2 (Affaires douanières) et de la IV<sup>e</sup> Réunion du Sous-Groupe 5 (Transports terrestres), qui ont eu lieu dans la ville de Foz do Iguaçu, les 8 et 9 janvier 1991.

2. A cette occasion, les participants sont parvenus à un accord sur la création d'enclaves et d'exclaves douanières pour appliquer un Système de contrôle intégré à la frontière entre la République fédérative du Brésil et la République argentine. Au cours de ces réunions, il a été également décidé d'établir, à titre expérimental, un Système de contrôle intégré au pont Tancredo Neves, entre les villes de Foz do Iguaçu (Brésil) et Puerto Iguazú (Argentine). En conséquence, je propose

<sup>1</sup> Signed by Francisco Rezek — Signé par Francisco Rezek.

Foz do Iguazú (Brazil) and Puerto Iguazu (Argentina). Accordingly, I propose to you that such integrated border control system should be governed by the following provisions:

1. Each party undertakes to establish customs areas in its own territory, to be administered by the other party, in exchange for a corresponding customs area in the territory of the other party, in order to permit integrated control by the bodies involved in the flow of persons, vehicles and merchandise across their common border.

1.1. The location of the customs areas to be administered by the parties in their own territory or in the territory of the other party shall be determined jointly by the binational technical committees whose establishment is provided for in paragraph 8.

2. The parties may adopt a single, juxtaposed or integrated system of border controls, depending on geographical situation and the infrastructure in existence when the control mechanism goes into effect.

3. Border controls shall include all the bodies involved in the control of persons, merchandise, baggage, goods and vehicles coming from or bound for the neighbouring country.

4. The host country undertakes to cooperate in ensuring that all activities relating to the customs, immigration, health and transport services of the neighbouring country are carried out fully when they are performed in a customs area administered by the neighbouring country in the territory of the host country.

5. Each of the parties undertakes to promote the adoption of such rules of domestic law as may be necessary for the implementation of this agreement.

à Votre Excellence que ce Système de contrôle intégré à la frontière soit réglé par les dispositions suivantes :

1. Les Parties s'engagent à établir des exclaves dans leurs territoires en échange d'une enclave correspondante dans le territoire de l'autre Partie, afin de permettre aux organismes intervenants d'assurer le contrôle intégré de la circulation des personnes, des véhicules et des marchandises, à la frontière commune.

1.1. Les zones dans lesquelles devront être établies les enclaves et exclaves douanières seront définies conjointement par les Comités techniques binationaux, dont la création est prévue au paragraphe 8.

2. La forme de contrôle à la frontière qui doit être adoptée par les Parties pourra être unique, juxtaposée ou intégrée, selon la situation géographique et l'infrastructure existante au moment de la mise en œuvre de ce mécanisme de contrôle.

3. Le contrôle à la frontière devra englober tous les organismes intervenant dans le contrôle des personnes, des marchandises, des bagages, des biens et des véhicules en provenance ou à destination du pays limitrophe.

4. Le pays du siège s'engage à coopérer au plein exercice de toutes les activités relatives aux services des douanes, de l'immigration, de l'hygiène et des transports du pays limitrophe, quand elles sont effectuées dans une enclave douanière.

5. Les Parties s'engagent à promouvoir l'adoption de normes de droit interne de chacune d'entre elles, qui seraient nécessaires à l'exécution du présent Accord.

6. The host country shall bear the costs of the construction and maintenance of buildings and the provision of furniture and fixtures necessary for the performance of customs control administrative activities and the exercise of the specific functions of designated agents.

6.1. The neighbouring country shall be responsible for the installation of communications and data-processing equipment and the necessary furniture and fixtures.

6.2. The entry or exit of furniture, equipment and materials necessary for the performance of the activities of officials working in customs areas either in their own territory or in the territory of the other party shall not be subject to tax restrictions or any other restrictions in the host country.

7. Each party shall take the necessary measures to ensure medical and hospital coverage in the event of accident or illness for its officials performing functions in its customs areas in the territory of the other party.

7.1. Without prejudice to these measures, the host country undertakes to provide such medical or hospital care as may be necessary in an emergency.

8. The parties shall establish a binational technical committee, with the participation of the bodies involved in the control of persons, merchandise, baggage, goods and vehicles coming from or bound for either of the parties, for the purpose of:

(a) Determining the location of customs areas to be established in their own territory or in the territory of the other party;

(b) Determining how customs controls are to be integrated;

(c) Taking the necessary measures for the implementation of border controls;

6. Le pays siège prendra à sa charge les frais relatifs à la construction et à l'entretien des édifices, ainsi qu'à l'acquisition du mobilier nécessaire au déroulement des activités administratives de contrôle et à l'exercice des fonctions particulières des agents désignés.

6.1. Le pays limitrophe prendra à sa charge l'installation de matériels de communication et de traitement des données, ainsi que les frais d'acquisition du mobilier nécessaire.

6.2. L'entrée ou la sortie de meubles, de matériel et de matériaux nécessaires au déroulement des activités des fonctionnaires intervenant dans l'enclave ou l'exclave douanière ne seront soumises à aucune restriction fiscale ou de quelque autre nature que ce soit dans le pays siège.

7. Les Parties adopteront les mesures nécessaires pour assurer la couverture médico-hospitalière de leurs fonctionnaires dans l'exercice de leurs fonctions dans l'exclave douanière, en cas d'accident ou de maladie.

7.1. Sans préjudice de ces dispositions, le pays siège s'engage à pourvoir, en cas d'urgence, à l'assistance médico-hospitalière qui serait nécessaire.

8. Les Parties constitueront un Comité technique binational, avec la participation des organismes intervenant dans le contrôle des personnes, des marchandises, des bagages, des biens et des véhicules en provenance ou à destination de l'une quelconque des Parties, en vue de :

a) Définir les zones dans lesquelles seront aménagées des enclaves ou exclaves douanières;

b) Décider de la forme d'intégration des contrôles;

c) Prendre les mesures nécessaires pour l'exécution du contrôle à la frontière;



(d) Establishing, on a provisional basis, common routine procedures for their implementation;

(e) Monitoring their functioning and, on the basis of the experience gained, proposing rules for adoption by the authorities of the two countries.

9. The bodies concerned may agree directly on operating rules for the organization and functioning of border controls and for the construction, maintenance and use of facilities, through an understanding between the competent administrative bodies.

10. The parties shall take the necessary measures to expedite the adaptation of their infrastructure with a view to implementing the provisions of this Agreement.

11. To permit the integrated control of merchandise until such time as infrastructure has been fully adapted, the binational technical committee referred to in paragraph 8 may authorize the bodies concerned to carry out their activities in the neighbouring country.

12. In the initial phase, the parties agree to implement on an experimental basis, as from 20 August 1991, an integrated control system in the customs areas at Foz do Iguazú and Puerto Iguazú as follows:

(a) Brazilian side:

- Control of the flow of tourists and their vehicles and property by Brazilian and Argentine customs;
- Immigration control by the Brazilian and Argentine immigration services;
- Control of the flow of freight and freight vehicles by Brazilian customs, and health inspection by Argentine officials.

d) Etablir les procédures communes provisoires de routine, aux fins de leur exécution;

e) Suivre le fonctionnement du contrôle et, en se fondant sur l'expérience acquise, proposer les normes à adopter par les autorités des deux pays.

9. Les organismes intervenants pourront arrêter entre eux des normes opérationnelles relatives à l'organisation et au fonctionnement des contrôles, ainsi qu'à la construction, à l'entretien et à l'utilisation des installations, en accord avec les organismes administratifs compétents.

10. Les Parties adopteront les mesures nécessaires en vue de l'adaptation la plus rapide possible de leur infrastructure, aux fins d'application des dispositions du présent Accord.

11. Pour permettre le contrôle intégré des marchandises jusqu'à ce que soit terminée l'adaptation de l'infrastructure, le Comité technique binational mentionné au paragraphe 8 pourra autoriser les organismes intervenants à exercer leurs fonctions dans le pays limitrophe.

12. Au cours d'une première phase, et à titre expérimental, les Parties conviennent d'appliquer, à partir du 20 août 1991, un système de contrôle intégré dans les douanes de Foz do Iguazú et de Puerto Iguazú, avec les caractéristiques suivantes :

a) Côté brésilien :

- Contrôle de la circulation touristique des personnes, véhicules et biens, par les douanes brésilienne et argentine;
- Contrôle de l'immigration par les services de l'immigration brésiliens et argentins;
- Contrôle de la circulation des chargements et de leurs véhicules, par la douane brésilienne et contrôle sanitaire par les fonctionnaires argentins;

*(b) Argentine side:*

- Control of the flow of freight and freight vehicles by Argentine customs;
- Health inspection by Brazilian officials.

If the Government of the Argentine Republic agrees to the foregoing, I propose that this note and your note of the same date and content shall constitute an agreement between our two Governments on this matter, to enter into force on today's date.

Accept, Sir, etc.

[FRANCISCO REZEK]

His Excellency  
Mr. Guido Di Tella  
Minister for Foreign Affairs of the Argentine Republic

*b) Côté argentin :*

- Contrôle de la circulation des chargements et de leurs véhicules, par la douane argentine;
- Contrôle sanitaire par les fonctionnaires brésiliens.

Si le Gouvernement de la République argentine approuve ce qui précède, je propose que la présente note et la note de Votre Excellence, de teneur identique et de même date, constituent un accord sur la présente question entre nos Gouvernements, qui entrera en vigueur à la date de ce jour.

Je saisis cette occasion, etc.

[FRANCISCO REZEK]

Son Excellence  
Monsieur Guido Di Tella  
Ministre des relations extérieures de la République argentine

## II

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

## MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO

Brasília, 20 de agosto de 1991

Señor Ministro,

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia con relación a las conversaciones mantenidas por los representantes de nuestros dos Gobiernos en el marco de las decisiones adoptadas por el Grupo Mercado Común Argentina-Brasil, en particular las resultantes de la IIIa. Reunión del Subgrupo 2 (Asuntos Aduaneros) y de la IVa. Reunión del Subgrupo 5 (Transportes Terrestres), que tuvieron lugar en la ciudad de Foz de Iguazú, los días 8 y 9 de enero de 1991.

En tal sentido, se ha llegado a un consenso sobre el establecimiento de Enclaves y Exclaves Aduaneros para instrumentar un Sistema de Control Integrado Fronterizo entre la Argentina y Brasil. En las reuniones referidas se decidió también, establecer en forma experimental un Sistema de Control Integrado en el Puente "Tancredo Neves" entre las ciudades de Puerto Iguazú (Argentina) y Foz de Iguazú (Brasil). En consecuencia, propongo a Vuestra Excelencia que dicho Sistema de Control Integrado Fronterizo se regule de conformidad con las siguientes disposiciones:

1. Las Partes se comprometen a establecer exclaves en sus territorios a cambio de un correspondiente enclave en el territorio de la otra Parte, con el objetivo de posibilitar el control integrado por parte de los organismos intervinientes en el flujo de personas, vehículos y mercaderías por la frontera común.

1.1. Las áreas en las que deberán establecerse los enclaves y exclaves aduaneros serán definidas conjuntamente por los Comités Técnicos Binacionales, a ser creados de conformidad con lo previsto en el párrafo 8.

2. La forma de control en frontera a ser adoptada por las Partes podrá ser única, yuxtapuesta o integrada, dependiendo de la situación geográfica e infraestructura existente al momento de incrementarse dicho mecanismo de control.

3. El control en frontera habrá de incluir todos los organismos intervinientes en el control de personas, mercaderías, equipajes, bienes y vehículos, provenientes de o destinados al país limítrofe.

4. El país sede se obliga a prestar su cooperación para el ejercicio pleno de todas las actividades relativas a los servicios aduaneros, migratorios, sanitarios y de transporte del país limítrofe, cuando éstos se efectúen en un exclave aduanero.

5. Las Partes se comprometen a impulsar la sanción de las normas de derecho interno de cada una de ellas, que resulten necesarias para la ejecución del presente Acuerdo.

6. El país sede tendrá a su cargo los gastos relativos a la construcción y sostenimiento de los edificios, así como los relativos al mobiliario necesario para el desarrollo de las actividades administrativas del control y al cumplimiento de las funciones específicas de los agentes designados.

6.1. El país limítrofe tendrá a su cargo la instalación de equipos para la comunicación y procesamientos de datos, así el mobiliario necesario.

6.2. La entrada o salida de muebles, equipos y materiales necesarios para el desarrollo de las actividades de los funcionarios intervinientes en el enclave o exclave aduanero, no tendrá restricciones tributarias o de cualquier otra naturaleza en el país sede.

7. Las Partes adoptarán las medidas necesarias para asegurar la cobertura médico-hospitalaria de sus funcionarios en el ejercicio de sus funciones en el exclave aduanero, en caso de accidente o enfermedad.

7.1. Sin perjuicio de estas providencias, el país sede se compromete a proveer, en caso de urgencia, la asistencia médico-hospitalaria que sea necesaria.

8. Las Partes constituirán un Comité Técnico Binacional, con participación de los organismos que intervienen en el control de personas, mercaderías, equipajes, bienes y vehículos, provenientes de o destinados a cualquiera de las Partes, con el objeto de:

- a) definir las áreas para la instalación de enclaves o exclaves aduaneros;
- b) decidir la forma de integración de los controles;
- c) tomar las medidas necesarias para la instrumentación del control de frontera;
- d) establecer los procedimientos comunes de rutina provisionales, para su instrumentación;

e) realizar el seguimiento de su funcionamiento y, de acuerdo con la experiencia recogida, proponer las normas que deberán ser adoptadas por las autoridades de ambos países.

9. Los organismos intervinientes podrán acordar directamente normas operacionales relativas a la organización y funcionamiento de los controles, así como la construcción, mantenimiento y aprovechamiento de las instalaciones, mediante el entendimiento entre los organismos administrativos competentes.

10. Las Partes adoptarán las medidas necesarias para la más rápida adaptación de su infraestructura, para permitir la aplicación de las disposiciones del presente Acuerdo.

11. Para permitir un control integrado de las mercaderías, hasta que la adaptación de la infraestructura estuviese disponible, el Comité Técnico Binacional al que se refiere el párrafo 8, podrá autorizar a los organismos intervinientes a actuar en el país limítrofe.

12. En una primera etapa, y en forma experimental, las Partes acuerdan instrumentar, a partir del 20 de agosto de 1991, un Sistema de Control Integrado en las aduanas de Puerto Iguazú-Foz de Iguazú, con las siguientes características:

a) Lado argentino:

- control de flujo de cargas y sus vehículos, por la Aduana argentina;
- control sanitario por funcionarios brasileños.

b) Lado brasileño:

- control del flujo turístico de personas, vehículos y bienes, por las aduanas argentina y brasileña;
- control migratorio, por los servicios migratorios argentinos y brasileños;
- control de flujo de cargas y sus vehículos, por la Aduana brasileña y control sanitario por funcionarios argentinos.

Si lo antes expuesto fuera aceptable para el Gobierno de la República Federativa del Brasil, esta Nota y la Nota de Vuestra Excelencia de idéntico tenor e igual fecha, constituirán un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos sobre la materia, que entrará en vigor en el día de hoy.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia las expresiones de mi consideración más distinguida.

[Signed — Signé]<sup>1</sup>

Señor Ministro de Relaciones Exteriores  
de la República Federativa del Brasil  
D. Francisco Rezek  
Brasília

---

<sup>1</sup> Signed by Guido Di Tella — Signé par Guido Di Tella.

[TRANSLATION]

MINISTER FOR FOREIGN AFFAIRS  
AND WORSHIP

Brasília, 20 August 1991

Sir,

*[See note I]*

If the Government of the Federative Republic of Brazil agrees to the foregoing, this note and your note of the same date and content shall constitute an agreement between our two Governments, to enter into force on today's date.

Accept, Sir, etc.

[GUIDO DI TELLA]

Mr. Francisco Rezek  
Minister for Foreign Affairs of the Fed-  
erative Republic of Brazil  
Brasília

---

[TRADUCTION]

LE MINISTRE DES RELATIONS  
EXTÉRIEURES ET DU CULTE

Brasília, le 20 août 1991

Monsieur le Ministre,

*[Voir note I]*

Si le Gouvernement de la République fédérative du Brésil approuve ce qui précède, je propose que la présente note et la note de Votre Excellence, de teneur identique et de même date, constituent un accord sur la présente question entre nos Gouvernements, qui entrera en vigueur à la date de ce jour.

Je saisi cette occasion, etc.

[GUIDO DI TELLA]

Monsieur Francisco Rezek  
Ministre des relations extérieures de la  
République fédérative du Brésil  
Brasília

---

